



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS CAÇADORES PORTUGUESES

NOTA DE IMPRENSA

Face ao projeto de proposta de alteração à Lei das Armas, 5/2006, vem a **Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses (CNCP)** manifestar publicamente a sua posição, como na generalidade transmitida, documentalmente e em audição, à Senhora Secretária de Estado da Administração Interna, no passado dia 16 de Agosto em reunião tida para o efeito:

- 1.A consulta a diretivas comunitárias e regulamentação complementar permite-nos constatar que o nosso País pouco ou nada fica a dever às recomendações legislativas comunitárias, como nelas se não vislumbra a definição de limitações numéricas para a posse de armas de caça ou se percebe a existência de diagnóstico de qualquer papel das armas das classes de caça (C e D), quer nos atentados quer na insegurança em geral que apoquentam a Europa;
- 2.Ao longo da última década, dezenas de milhares de caçadores abandonaram a atividade, fruto das medidas que o MAI sobre eles lançou, numa operação que mais pareceu de perseguição; se uns tiveram de deixar de caçar, os outros cumpriram até à exaustão;
- 3.Neste quadro, uns venderam, outros doaram ou entregaram ao próprio Estado as suas armas, enquanto outros solicitaram licença de detenção, para tornar a dor do abandono mais suportável; dos que, pela inexorabilidade da vida, faleceram, muitos familiares optaram por guardar a memória, que uma ou outra das suas armas representava, por recurso à mesma via; muitos decidiram depois, assustados pelo contexto que entenderam como persecutório, entregar ao MAI esse seu património, por vezes de elevado valor material e imaterial;
- 4.Uma arma tem identidade, tem valor sentimental, por vezes cultural, artístico e histórico, tem valor material e constitui propriedade privada, direito consagrado no Artigo 62º da Constituição; constitui um património pessoal, constituído ao abrigo da lei, com prévia autorização de aquisição pelo próprio Estado ou expressa dispensa dela; os caçadores são cidadãos de pleno direito, têm direito à transmissão da sua propriedade em vida ou por morte e entendem como violação do seu direito constitucional a exigência do MAI que cada um destrua, aliene, venda ou lhe entregue esse seu património;
- 5.(O MAI) Escolheu a desativação das armas como via de eleição, mas omite a imensa desvalorização que tal provoca ao património privado que cada uma representa; não deixa de ser interessante pensar no uso de opção similar para aquele que é o maior responsável pela taxa de mortalidade provocada no País – o automóvel (então certamente sem rodas, na opção do MAI);
- 6.Os caçadores apenas adquirem armas de marcas, modelos e características que o legislador (Governo...) autoriza o fabricante a produzir e, ou a vender, não ao contrário; a situação existente



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS CAÇADORES PORTUGUESES

ao nível do parque de armas de caça foi construída sob legislação emitida, fiscalização e controle do Estado, não é obra anárquica nem oculta dos caçadores;

Cremos que, na linha do bom aluno que sempre queremos ser, de triste memória, o MAI quer dar o exemplo à Europa, nem que para isso tenha que adotar medidas passíveis de ofensa à Constituição.

Para a CNCP, este é o primeiro de outros passos que se lhe seguirão, por isso recusamos as alterações preconizadas, nomeadamente ao nível da limitação do número de armas e a extinção da figura da detenção, sem prejuízo da disponibilidade para encontrar soluções de consenso que respeitem os direitos dos cidadãos, e seus familiares, que em larga medida representamos.

Como tal tudo faremos na defesa dos caçadores e partes interessadas relacionadas com a atividade cinegética, para que o documento em discussão possa ser revisto, garantindo o equilíbrio dos interesses mútuos que se deseja.

O Presidente da Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses

Fernando Rui Castanheira Pinto